



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**A PLURIATIVIDADE NO BRASIL: PROPOSTA DE TIPOLOGIA E  
SUGESTÃO DE POLÍTICAS**

**SERGIO SCNHEIDER SCHNEIDER;**

**UFRGS**

**PORTO ALEGRE - RS - BRASIL**

**schneide@ufrgs.br**

**APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE**

**A PLURIATIVIDADE NO BRASIL:  
proposta de tipologia e sugestão de políticas**

Área temática

**GP 11-** Desenvolvimento Territorial e Ruralidade  
Desenvolvimento Rural e o Território, Papel do Pronaf Rural, Turismo Rural, Agricultura de  
Precisão, Modernização da Agricultura, Organizações Verticais e Horizontais

Forma de apresentação

**Oral**

# **A PLURIATIVIDADE NO BRASIL: proposta de tipologia e sugestão de políticas**

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar argumentos em favor das potencialidades da pluriatividade como uma das formas para promover estratégias sustentáveis de diversificação dos modos de vida das famílias rurais. Acredita-se que através da pluriatividade os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção assim como aumentar as fontes e as formas de acesso à rendas. Na primeira seção apresenta-se uma definição da pluriatividade. Na segunda discute-se os fatores que afetam e determinam a emergência da pluriatividade. Na terceira apresenta-se os diferentes tipos de pluriatividade que podem ser encontrados no meio rural. Na quarta indica-se que há diferenças importantes a serem consideradas em relação à pluriatividade e as atividades não-agrícolas. Na quinta analisa-se a importância da pluriatividade no meio rural. Na sexta discute-se a relação da pluriatividade com uma estratégia de desenvolvimento rural que seja capaz de garantir a sustentabilidade e a coesão social no meio rural. Na sétima seção avalia-se a importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. Na última seção aponta-se alguns encaminhamentos e sugestões de políticas que poderia estimular e apoiar a pluriatividade no Brasil.

## **Introdução**

Atualmente, parece haver uma percepção que se encaminha para um entendimento entre estudiosos, formuladores de políticas públicas e atores sociais no sentido de que há em curso um processo de transformação estrutural da agricultura e do espaço rural no Brasil e que já não é mais possível reduzir um ao outro.

Desde a primeira metade da década de 1990, assiste-se no país à uma legitimação cada vez mais notória em relação à categoria social construída em torno da noção de agricultura familiar. De fato, os agricultores familiares vêm assumindo espaço político destacado no período recente e buscam afirmar-se como categoria social estratégica para um projeto de desenvolvimento rural sustentável de maior alcance no país.

Em face deste processo, considera-se que estão dadas as condições políticas e institucionais para que tanto os agentes de Estado como os organismos e instituições da sociedade civil iniciem um processo de discussão e concertação de interesses em torno do papel e das potencialidades que a pluriatividade poderá propiciar ao desenvolvimento ainda mais vigoroso da agricultura familiar no meio rural brasileiro.

Neste sentido, é necessário perfilar argumentos em favor das potencialidades da pluriatividade como uma das formas para promover estratégias sustentáveis de diversificação dos modos de vida das famílias rurais. Acredita-se que através da pluriatividade os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção assim como aumentar as fontes e as formas de acesso à rendas.

Este trabalho se divide em cinco partes e resulta de um conjunto de idéias que foram compiladas a partir de informações e estudos previamente realizados sobre o tema. Na primeira seção apresenta-se uma definição da pluriatividade. Na segunda discute-se os fatores que afetam e determinam a emergência da pluriatividade. Na terceira apresenta-se os diferentes tipos de pluriatividade que podem ser encontrados no meio rural. Na quarta indica-se que há diferenças importantes a serem consideradas em relação à pluriatividade e as atividades não-agrícolas. Na quinta analisa-se a importância da pluriatividade no meio rural. Na sexta discute-se a relação da pluriatividade com uma estratégia de desenvolvimento rural que seja capaz de garantir a sustentabilidade e a coesão social no meio rural. Na sétima seção avalia-se a importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. Na última seção aponta-se alguns encaminhamentos e sugestões de políticas que poderia estimular e apoiar a pluriatividade no Brasil.

### **Definindo a pluriatividade**

A pluriatividade refere-se à um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

A referência às várias (pluri) atividades requer uma definição. Portanto, uma atividade consiste na execução de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral, tais como plantio, manejo, colheita, limpeza, preparação, organização, beneficiamento, etc. A atividade agrícola, ou simplesmente a agricultura, compreende uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas. Em função desta diversidade e complexidade torna-se difícil e muito relativo definir onde começa e termina uma atividade agrícola, pois nem sempre estas atividades são realizadas no interior ou confinadas à um único estabelecimento. Não obstante, para fins de definição das atividades agrícolas neste trabalho, é importante considerar a base física onde estas se realizam, que é o estabelecimento agropecuário. Mesmo assim, pode-se falar de atividades agrícolas desempenhadas no próprio estabelecimento ou de terceiros. As atividades para-agrícolas formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste. As atividades para-agrícolas podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família – produção para autoconsumo - ou destiná-la em parte ou na integralidade para a venda. As atividades não-agrícolas são consideradas todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços.

A interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas gera a pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas

forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Portanto, a pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida<sup>1</sup>.

Assim, a definição operacional da pluriatividade tem a ver com o exercício de múltiplas atividades por pessoas que pertencem a uma mesma família. Portanto, para se falar de pluriatividade deve-se explicitar, claramente, qual é a unidade de referência ou de análise que se está utilizando. A rigor, pode-se falar da pluriatividade de uma pessoa, quando esta exerce mais de uma atividade, ou de uma família ou ainda de parte dos membros que integram a família. Para que não restem dúvidas, neste trabalho a pluriatividade sempre estará referida à família; ou seja, será considerada pluriativa a família em que pelo menos um dos membros que a integra exercer a combinação de atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas. Trata-se, portanto, da pluriatividade familiar.

Neste sentido, a definição da pluriatividade afasta-se da referência as rendas e ao tempo de ocupação do membro que exerce a combinação de atividades. Ou seja, não é o fato de que em uma família existe o acesso a diferentes tipos de rendas, além das agrícolas, tais como as rendas de aposentadorias, a remessa de dinheiro de parentes ou membros da família que residem e trabalham fora do estabelecimento, que faz com que uma família passe a ser considerada pluriativa. Enquanto não se configurar uma situação que implique no surgimento de uma nova atividade e que esta seja combinada com a agricultura, não se pode falar em pluriatividade. A não ser, é claro, que a referência deixe de ser o meio rural e se passa a falar de pluriatividade como sinônimo de dupla profissão, tal como a de professor e médico, ou advogado e administrador, motorista e comerciante, etc<sup>2</sup>. Da mesma forma, não se deve levar em consideração o tempo de trabalho da pessoa que exerce a segunda (ou mais de uma) atividade, pois não é o tempo de trabalho, quer seja parcial ou integral, que caracteriza a pluriatividade. É claro que o tipo de trabalho e o tempo de trabalho que for exercido terá efeitos diferentes sobre as rendas que forem obtidas das atividades não-agrícolas, mas isto não influencia na definição da pluriatividade.

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. Por outro lado, a pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro (chefe, cônjuge ou filhos) que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infra-estrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da sua evolução. Em trabalho recente (Schneider et. alii, 2005) foram indicadas ainda outras variáveis que contribuem para

---

<sup>1</sup> Os trabalhos de Elena Saraceno (1994a; 1994b) e de Angela Kageyama (1998) são importantes referências na discussão das relações entre a pluriatividade das famílias rurais e o papel da economia local.

<sup>2</sup> Para uma discussão da pluriativização das formas de trabalho na sociedade contemporânea, ver os excelentes trabalhos de Jean-Louis Laville, no número especial da Revista Esprit, n° 217, 1995

diferenciação da pluriatividade, tais como o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros que houverem na família e sua diferenciação etária e a renda.

Em vista das pesquisas e estudos até aqui realizados, a análise da pluriatividade se dá com maior proeminência entre os agricultores familiares, especialmente naquelas regiões onde esta forma social possui uma história de ocupação do espaço e do território. Especial atenção tem sido conferida à análise das articulações entre o contexto social e econômico e as decisões dos indivíduos pertencentes ao grupo familiar. As pesquisas buscaram descobrir porque razão algumas famílias que são proprietárias de um pequeno pedaço de terra e trabalham na produção agropecuária, ligadas entre si por laços de parentesco e de consangüinidade, passam a estimular os seus membros a buscarem empregos e ocupações não-agrícolas, oferecidas por setores como a indústria da transformação, da construção e a prestação de serviços de toda ordem e pelo serviço público.

Nos contextos em que a agricultura familiar é a forma social hegemônica, o aparecimento da pluriatividade tende a estar acompanhado de um processo de mercantilização, que se refere à redução crescente da autonomia das famílias rurais e sua inserção crescentes em circuitos onde predominam as trocas mercantis (Ploeg, 2000). Neste processo, as estratégias de reprodução social tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes e se amplia a interação mercantil com o ambiente social e econômico externo.

Portanto, a pluriatividade manifesta-se naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança um novo estágio ou se dá por uma via distinta que é do mercado de trabalho. Este processo pode ocorrer tanto naquelas situações em que os agricultores já estiverem inseridos em mercados de produtos, bens e serviços ou em outros onde a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção do agricultor familiar aos circuitos mercantis e, segundo, que esta inserção ocorre segundo as características previamente existentes nos territórios, podendo se dar concomitantemente em mercados de produtos (na situações em que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho (através da venda da força de trabalho).

### **Fatores que Afetaram o Surgimento da Pluriatividade**

Antes de desenvolver argumentos mais detalhados sobre a pluriatividade, vale a pena uma breve digressão que permita entender alguns dos fatores causais que estão na raiz da emergência das novas formas de emprego e obtenção de rendas para os agricultores.

Entre as razões apontadas para explicar as mudanças nas formas de ocupação no meio rural e o crescimento da pluriatividade destacam-se os seguintes fatores:

- a) *a própria modernização técnico-produtiva da agricultura*: em razão do intenso processo de modernização tecnológica experimentado pelas atividades agropecuárias e a crescente externalização de etapas dos processos produtivos, os processos produtivos tornaram-se cada vez mais individualizados resultando, em muitos casos, na redução significativa dos ativos rurais e da utilização da mão-de-obra disponível nas famílias (Ploeg, 1992; Weller, 1997). Portanto, a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma subocupação e torna-se um fator que estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscar ocupação em atividades não-agrícolas;

- b) *a terceirização agrícola*: trata-se do processo de sub-contratação ou aluguel de máquinas e equipamentos e contratação de serviços de terceiros para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior da exploração agropecuária (Laurentti, 2000). São atividades como a preparação do solo, plantio, manejo e colheita ou mesmo atividades pessoais como a inseminação, gestão, etc; que passam a ser realizados por terceiros, em geral pluriativos. A terceirização agrícola pode ser entendida como consequência da própria modernização técnico-produtiva da agropecuária, que permite o surgimento de um conjunto de novas ocupações não-agrícolas tais como motoristas, administradores, embora realizadas no próprio setor agrícola;
- c) *a queda das rendas agrícolas*: uma agricultura altamente modernizada e inserida em padrões de concorrência internacionais sofre, cada vez mais, os efeitos da dependência tecnológica que implica em aumentos freqüentes e compulsórios dos custos de produção agrícola. Isto decorre do fato de que os agricultores são compelidos a acompanhar, de forma incessante, os avanços nos índices de produtividade (da terra e do trabalho), fundamentalmente a partir do incremento em capital imobilizado (maquinário e benfeitorias) e pelo aumento da utilização de insumos industriais (adubos, defensivos, etc.). Mas, o incremento na capacidade instalada e produtiva da agricultura nem sempre se traduz em maior rentabilidade, pois os agricultores tornam-se, ao mesmo tempo, cada vez mais dependentes do consumo de insumos e bens intermediários e dependentes dos preços de mercado, que em geral não se ajustam de forma proporcional aos custos de produção. O resultado expressa-se na corrosão das rendas agrícolas, especialmente para aqueles agricultores mais vulneráveis. Ora, esta situação representa um estímulo à busca por complementos de renda em atividades não-agrícolas, o que acaba fazendo com que muitas famílias optem por este mecanismo;
- d) *as políticas de estímulo as atividades rurais não-agrícolas e contenção das migrações*: nos países desenvolvidos, embora não exclusivamente, observa um interesse crescente e o desenvolvimento de políticas para contrapor-se a queda das rendas agrícolas, a redução dos impactos ambientais decorrentes das formas intensivas de produção e a “desertificação” do rural, que é o abandono e a migração das áreas rurais. São políticas que visam gerar empregos, estimular a diversificação das rendas do habitantes rurais e oferecer alternativas econômicas aos agricultores que não sejam exclusivamente produtivistas e que possam reanimar as regiões desfavorecidas ou pouco competitivas. Os melhores exemplos são encontrados nos países da União Européia, através do Programa LEADER e das políticas de estruturas, introduzidas a partir da reforma da PAC de 1991/92. No Brasil, temos como exemplos as embrionárias experiências de apoio ao turismo rural, ecológico, étnico-cultural (indígenas, quilombolas, povos tradicionais, etc) e às agroindústrias familiares rurais. São iniciativas que além de incentivar formas de ocupação em atividades não-agrícolas geram rendas e são capazes de reter a população nas áreas rurais;
- e) *as mudanças nos mercados de trabalho*: a expansão da pluriatividade no meio rural também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola. Existem estudos que sobre a descentralização de indústrias que buscam os espaços rurais e geram a expansão de atividades não-agrícolas. Este é o caso de algumas áreas dos estados de Santa Catarina (Vale do Itajaí) e do Rio Grande do Sul (Encosta Inferior e Superior da Serra do Nordeste). A descentralização das plantas industriais caminha na direção das regiões rurais de alta densidade demográfica em busca de vantagens comparativas como redução do

custo da força de trabalho, logísticas e outros e as famílias de agricultores que ali se encontram passam a deslocar parte dos seus membros para trabalhar nas fábricas;

- f) *o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural:* estudiosos das transformações contemporâneas do rural, passaram a perceber que não só a agricultura familiar tem capacidade de persistir em face à crescente mercantilização produtiva e inserção em mercados como, efetivamente, ela passou a ser a principal forma social presente nos espaços rurais dos países capitalistas mais desenvolvidos (Abramovay, 1992). E a pluriatividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macro-estruturais na agricultura. Vários estudos (Schneider, 2003; Anjos, 2003) começaram a demonstrar que o exercício de várias atividades dentro de um mesmo estabelecimento seria uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que organizam-se sob a égide do trabalho familiar e não uma demonstração de fraqueza ou definhamento desta forma social. Por isto, à medida que cresce a legitimidade e o reconhecimento da importância social e econômica da agricultura familiar, também cresce a atenção sobre suas características pluriativas.

Para compreender a ampla diversidade de formas que pode assumir a pluriatividade em face dos condicionantes internos à unidade familiar (idade, número de membros da família, escolaridade, etc) e dos contextos em que se desenvolve, considera-se necessário e adequado recorrer à uma classificação e tipificação das formas de pluriatividade que podem ser encontradas.

## **Tipos de Pluriatividade**

Os fatores que determinam a pluriatividade podem ser de natureza estrutural, porque decorrem dos processos macro societários e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, remetendo assim à um conhecimento sociológico sobre as mutações das relações sociais de trabalho no meio rural na era contemporânea. Por outro lado, a pluriatividade pode estar relacionada à respostas conjunturais dos agricultores em face ao contexto adverso em que estão situados ou em decorrência de suas condições intrafamiliares. Portanto, trata-se de um fenômeno estrutural, conjuntural, multidimensional e multicausal.

Uma vez que são várias as causas que podem afetar o aparecimento da pluriatividade no meio rural, pode-se estabelecer a hipótese de que não existe um único tipo de pluriatividade e, segundo, que a variação de tipos e características da pluriatividade decorre dos fatores que estimulam o seu aparecimento. Assim, discorda-se da idéia de que a pluriatividade seria apenas um recurso temporário ou efêmero ao qual os agricultores mais empobrecidos ou mais afetados por crises recorreriam como uma estratégia passageira.

Outro aspecto importante no debate sobre a pluriatividade tem a ver com a sua ‘*novidade*’ ou tradição. São vários os estudiosos que apontam que a simples combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas seria um traço típico e característico dos camponeses. Em outro trabalho (Schneider, 2003) realizou-se um inventário das noções a da evolução que a literatura registra para fenômenos semelhantes ao que hoje se denomina pluriatividade (dupla atividade, atividades complementares, part time farming, working peasants, multiple job holding, etc), começando-se pelos trabalhos seminais de Chayanov e Kautsky. Sem retomar os



argumentos ali expostos, vale resgatar o fato de que, na verdade, jamais se afirmou que a pluriatividade representava um fato ou um processo social genuinamente ‘novo’, no sentido sociológico. A própria evolução das noções que o fenômeno da combinação de atividades recebeu ao longo do tempo demonstra sua variabilidade e a necessidade dos estudiosos em renomeá-la. Nestes termos, a pluriatividade pode ser entendida como uma nova denominação para um fenômeno antigo.

Contudo, isto não significa que a forma com que o fenômeno se manifesta atualmente seja o mesmo que no passado. Embora a combinação de atividades não seja uma novidade, a evolução e a inovação da pluriatividade nos dias atuais consiste no fato de que o exercício da segunda atividade (a não-agrícola) tornou-se recorrente, sistemática e passou a integrar as estratégias de reprodução social e econômica dos indivíduos e das famílias. E, mais importante do que isto, a pluriatividade atual ocorre através da mercantilização da força de trabalho ou da prestação de serviços. O indivíduo ou a família que pratica a combinação das múltiplas atividades (pluriatividade) já não o faz como mero um complemento ou acessório visando o autoaprovisionamento (com ferramentas ou implementos de trabalho, artesanato, etc). Em termos analíticos, não se trata mais de uma produção de valores de uso mas de valor de troca, que visam o intercâmbio e, no geral, a obtenção de remuneração monetária<sup>3</sup>.

Com base nesta distinção, pode-se indicar, então, que existem ‘tipos’ diferentes de pluriatividade: algumas mais *tradicionais*, típicas das situações em que a combinação de atividades visava à produção de bens de consumo para uso próprio, e outras mais *modernas*, características das situações em que o exercício das múltiplas ocupações visa uma relação mercantil. Mesmo que a oposição entre o tradicional e o moderno sejam termos didáticos que ajudam a evidenciar diferenças, não deveriam ser utilizados para além desta finalidade precípua; porque, além de remeterem a um dualismo analítico anacrônico não permitem entender a pluriatividade como uma manifestação do processo social de mudança nas relações e nas formas de trabalho que ocorrem no meio rural contemporâneo.

Com o intuito de oferecer uma caracterização das diferentes formas e feições que a pluriatividade pode assumir no meio rural contemporâneo, na seqüência apresenta-se uma descrição de cinco tipos de pluriatividade elaborados a partir de pesquisas anteriores. O objetivo consiste em mostrar as variações possíveis que o fenômeno pode assumir e mostrar que sua variabilidade decorre tanto de condicionantes internos à dinâmica das famílias rurais como do contexto social e econômico em que estiverem inseridos.

## 1. Pluriatividade intersetorial

Trata-se de um tipo de pluriatividade que decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio. Este tipo de pluriatividade decorre de dois processos macro que são a descentralização industrial e a rurbanização, também chamada de “commuting” ou periurbanização (Mingione e Pugliese, 1987; Gama, 1987; Blakely e Bradshaw, 1985). A descentralização industrial decorre da flexibilização dos processos produtivos pós-fordistas e da importância crescente das economias locais. A segmentação do mercado de trabalho, a

---

<sup>3</sup> Em trabalho recente, Carneiro (2005), uma das principais estudiosas do tema no Brasil, sustenta que o termo pluriatividade deveria ser utilizado apenas para referir “situações decorrentes da crise da modernização da agricultura e da ampliação das alternativas de emprego ou ocupação oriundas do estreitamento das relações campo-cidade”.

subcontratação, a informalização e a precarização das relações de trabalho geralmente acompanham este processo. A procura pelos espaços rurais e peri-urbanos se deve a vários fatores, em geral ligados à procura por força de trabalho mais barata. Já a rurbanização ou o “commuting system”, embora em parte decorrente do anterior, está relacionada a expansão crescente das áreas de habitação no entorno das grandes regiões metropolitanas e o fluxo diário e pendular das pessoas. A rurbanização transforma as áreas rurais e lhes imprime um dinâmica urbana, com valorização imobiliária, crescimento da prestação de serviços, etc. Em razão disso, os mercados de trabalho rural e urbano vão se homogeneizando e a pluriatividade das famílias torna-se a característica mais saliente deste processo.

A pluriatividade intersetorial manifesta-se, nestes termos, como a expressão das transformações pós-fordistas sobre o mercado de trabalho rural, trazendo para este espaço um conjunto de novas relações de trabalho. De um modo geral, as regiões que conhecem este tipo de processo diversificam sua base produtiva local e tornam-se bastante dinâmicas do ponto de vista econômico. No Brasil, exemplos de regiões que conheceram processos de descentralização industrial ou mesmo industrialização descentralizada são encontradas no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, no Vale do Sinos e na Serra, no Rio Grande do Sul, assim como a rurbanização na região serrana do Rio de Janeiro ou no entorno do município de Campinas, em São Paulo. Nestas situações, a forma típica da pluriatividade é de um agricultor que trabalha em tempo parcial na sua propriedade e exerce uma segunda ocupação não agrícola em jornada complementar (às vezes à noite, como no caso das empresas do Vale do Itajaí) ou de algum membro de sua família, geralmente a esposa ou filhos, que exercem uma atividade não-agrícola e oferecem ajuda nas propriedades após o expediente ou nos finais de semana e feriados.

## **2. Pluriatividade de base agrária**

A pluriatividade de base agrária decorre da demanda crescente por serviços e atividades não-agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura. É uma pluriatividade que ocorre dentro do setor agropecuário, embora caracterizada pela combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Ela surge e se expande com a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, o que implica na sub-contratação, aluguel de máquinas e equipamentos e na contratação de serviços de terceiros para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior de cada exploração agropecuária. Os processos de terceirização e subcontratação ampliaram-se rapidamente no Brasil nas últimas duas décadas, coincidindo com a organização e gestão do setor no esquema de cadeias que integram a produção, o beneficiamento, a distribuição e a comercialização.

A pluriatividade de base agrária se manifesta de duas formas, sendo a primeira através dos indivíduos que residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola mas uma parcela relevante, senão a maior parte, de sua jornada de trabalho é dedicada à prestação de serviços. Em geral, trata-se das situações em que um agricultor que dispõe de máquinas e equipamentos passa a realizar tarefas para os vizinhos (e mesmo propriedades mais distantes) que não possuem escala de produção suficiente que compense a aquisição própria do maquinário. Assim, as atividades agrícolas como plantio, colheita, manejo, transporte, etc, tornam-se ocupações realizadas em propriedades de terceiros, mediante pagamento (em dinheiro ou em produto). Mesmo que o operador do serviço seja um agricultor, é importante frisar que ele passa a atuar também na condição de contratado e, portanto, cria-se uma outra ocupação. E, neste caso, não se trata de uma prestação de serviço na forma de ajuda ou mutirão, pois o

trabalho é pago e realizado de forma recorrente. A segunda forma de pluriatividade de base agrária refere-se à contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar em atividades como o processamento, o beneficiamento, o transporte, a comercialização, entre outras, da produção agrícola. São atividades e empregos gerados pela própria dinâmica do setor agroindustrial que, ao crescer e diversificar suas atividades, vai gerando um conjunto de atividades não-agrícolas como os tratoristas, armazenadores, ensacadores, pessoal de administração, etc.

### **3. Pluriatividade sazonal ou informal**

Trata-se de um tipo de pluriatividade difuso, que varia muito de acordo com as condições e características das economias locais. Seu traço fundamental é a informalidade e precariedade da venda da força de trabalho que decorre, em larga medida, da sazonalidade dos processos de produção na agricultura. São atividades não-agrícolas esporádicas, intermitentes, que não tem jornada formal de trabalho pré-estabelecida, que são exercidas no artesanato, no comércio informal (vendedores ambulantes, de porta-em-porta, etc), nos serviços estacionais ligados as colheitas, à demanda do turismo, aos serviços como diaristas e empregueiros, etc. Muitos agricultores recorrem a elas em razão da sazonalidade do trabalho agrícola ou mesmo como uma forma de remuneração temporária. A sua execução pode ser dentro ou fora do estabelecimento, dependendo da característica, assim como ser próxima ou longe da moradia, como no caso das pessoas que se deslocam aos centros urbanos para prestar serviços domésticos. Embora precários e informais, estas atividades não-agrícolas são fontes importantes de renda para muitas famílias rurais. Neste grupo, também podem ser caracterizados os serviços de profissionais liberais como agrônomos, veterinários, administradores, etc, que, embora não sejam precários, são exercidos como segunda ocupação informalmente.

Neste caso, a pluriatividade toma contato com o tema do trabalho temporário na agricultura que, como se sabe, é absolutamente corriqueiro no meio rural. Mais ainda, esta forma de pluriatividade leva a pensar sobre o caso dos trabalhadores sazonais conhecidos e descritos na literatura como “bóias-fria”. De fato, esta é uma realidade sobre a qual a noção de pluriatividade talvez não se aplique, tanto pelo fato de que este tipo de trabalhador não executa mais de uma atividade como pelo fato de que, na maioria dos casos (muito embora hajam exceções), trata-se de trabalhadores destituídos da condição de proprietários de estabelecimentos rurais, dependendo única e exclusivamente da venda da sua força de trabalho. Mesmo assim, é possível pensar, por exemplo, que parcela dos agricultores familiares da região do semi-árido do Nordeste que trabalha em atividades temporárias de colheita de cana-de-açúcar sejam pluriativos. Mais prudente, contudo, é esperar que na tipificação desta situação as pesquisas empíricas sobre o tema possam avançar e contribuir para dirimir às dúvidas remanescentes.

### **4. Pluriatividade pára-agrícola**

A pluriatividade pára-agrícola resulta das atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste destinada à comercialização. Aqui, trata-se de uma evolução da produção para autoconsumo e

autoaprovisionamento, que eram produzidas para a subsistência da família, que passam a ser destinadas à venda. À medida que este tipo de produção cresce e passa a ocupar espaços independentes do âmbito doméstico (a cozinha, o forno, etc) e se torna uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, é possível afirmar que surge uma *nova atividade* ou *outra ocupação* que, combinada com a agricultura como atividade principal, gera a pluriatividade. Este é um tipo de pluriatividade que resulta de atividades ligadas à produção de derivados de leite, cana, carnes, frutas e outros que passaram a ser processados e transformados no interior da propriedade mediante agregação de valor. Trata-se das agroindústrias familiares que geram atividades que se distinguem da produção para autoconsumo à medida que vão ampliando sua escala e produzindo para o mercado. É claro que há uma enorme diversidade de agroindústrias familiares que possuem os mais diversos tipos de escalas e formas de gestão (individuais, associativas, cooperativas, etc).

Este tipo de pluriatividade tende a aparecer em regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho em atividades não-agrícolas intersetoriais são débeis ou quase inexistentes, como a região norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, no Sul do Brasil. A pluriatividade para-agrícola surge como uma alternativa de emprego, ocupação e renda para as famílias de pequenos agricultores que vislumbram uma forma de inserção econômica e mercantil por mecanismos diferentes dos usuais esquemas de integração agroindustrial como as aves e suínos ou a produção de *commodities* como a soja.

## **5. Pluriatividade tradicional ou camponesa**

Trata-se da situação em que a pluriatividade integra um modo de vida, no sentido de que são famílias que se assemelham à condição camponesa que implica na produção fundamentalmente para o autoconsumo, uma débil relação com os mercados com os quais se relacionam por meio da troca de excedentes e compra de poucos produtos de uso próprio e realização de múltiplas ocupações no interior da unidade produtiva. Nestas unidades, tal como haviam enfatizado Chayanov e mesmo Kautsky, a pluriatividade ocorre dentro da propriedade, onde são combinadas atividades de produção, transformação e artesanato. Muitas vezes, são atividades não-agrícolas ligadas ao fabrico de peças e equipamentos para uso próprio, como ferramentas e utensílios de trabalho (balaios, cestos, material de selaria, etc, etc). Portanto, trata-se da pluriatividade que sempre existiu e caracteriza de forma genuína as unidades de produção familiares. O que diferencia este tipo de pluriatividade das outras quatro anteriores é o fato de que ela não visa a mercantilização e sua existência é determinada por um modo de viver e organizar a produção que visa, fundamentalmente, a reprodução da família.

## **A Diferença Entre Pluriatividade e Atividades Rurais Não-Agrícolas**

Tem sido muito freqüente entre estudiosos associar o crescimento do número de pessoas e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural com o fenômeno da pluriatividade.

Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas em um determinado contexto social e econômico, é preciso notar que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem.

Ao não considerar este aspecto fundamental, muitos analistas acabam afirmando que a pluriatividade é uma característica transitória e efêmera com tendência ao desaparecimento.

As atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas. O crescimento das atividades não-agrícolas pode estar mais relacionado com as alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. Nem sempre o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, neste ou naquele setor ou ramo, implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias. Não se pode esquecer que os indivíduos que formam uma determinada família podem optar entre combinar duas ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não-agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural.

A pluriatividade, por sua vez, refere-se à um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não-agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir as atividades não-agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho. Portanto, o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro não implica, *mutatis mutandis*, na expansão da pluriatividade das famílias rurais.

Esta diferenciação não traz apenas implicações para a análise cognitiva das transformações dos mercados de trabalho e das alterações no perfil sócio-profissional e identitário das famílias no meio rural, mas também para as políticas públicas. Os programas de estímulo as atividades não-agrícolas como a prestação de serviços, o turismo rural, o artesanato e outros podem não estar implicando na expansão da pluriatividade das famílias, pois pode haver uma transição direta da ocupação em atividades agrícolas para não-agrícolas.

## **A Relevância das Atividades Não-Agrícolas e da Pluriatividade**

A importância das atividades não-agrícolas na geração de empregos e ocupações vem ganhando destaque internacional. O relatório sobre o emprego de 2005 da OIT (World Employment Report da Organização Internacional do Trabalho) dedica um capítulo especial a agricultura e as políticas de redução da pobreza rural destacando que o incremento da produção de alimentos como a geração de ocupações não-agrícolas devem ser consideradas estratégias complementares<sup>4</sup>. O relatório da OIT considera que as atividades não-agrícolas são capazes de promover e incrementar o bem estar e a qualidade de vida rural em vários sentidos como reduzir o desemprego e a estacionalidade (sazonalidade) das ocupações, diminuir a pressão sobre as migrações rural-urbano e permitir o acesso a bens, alimentos e serviços (OIT, 2005, p. 150). Nas recomendações de políticas, o relatório indica que “as atividades não agrícolas devem ser fomentadas como fonte adicional de criação de empregos, auxiliando como mecanismo de redução da pobreza no setor agrícola” (op. cit. p, 166).

---

<sup>4</sup> “While poverty is largely rural, and agriculture is a major part of the rural economy, other activities within the rural economy can be stimulated by agricultural growth. Rural non-farm activities are often included in income-generating activities of households, and this is also true for poor households engaged in agriculture” (ILO, 2005, p. 149)

O número especial da Revista World Development (2001, vol. 29, nº03), que trata exclusivamente do debate sobre as atividades não-agrícolas na América Latina, oferece um amplo espectro de trabalhos que indicam que o fenômeno da combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas é disseminado por vários países da região, tanto naqueles que possuem uma agropecuária modernizada como Brasil, Chile e México ou aqueles onde a incorporação do padrão técnico-produtivo da revolução verde alcançou proporções menos intensivas como Peru, Honduras e El Salvador.

Na América Latina, os trabalhos de Klein (1992), Weller (1997) demonstraram que as ocupações em atividades não-agrícolas na região atingiam em torno de 22% no final da década de 1980. Na década de 1990 registrou-se um crescimento em todos os países da América Latina dos empregos em atividades não-agrícolas. Este crescimento é mais expressivo no caso das mulheres, pois em nove países da região verifica-se uma variação de 65% a 93% de participação das mulheres no mercado de trabalho rural não-agrícola.

Atualmente, segundo Berdegú, Reardon e Escobar (2001, p.184), o emprego rural não-agrícola é responsável por cerca de 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina e há uma clara tendência apontando para seu crescimento na região. Segundo estes autores, a importância das atividades rurais não-agrícolas está no fato de que elas podem integrar soluções para três grandes problemas do mundo rural latino-americano, que são a pobreza rural, a transformação do setor agropecuário e a modernização técnico-produtiva. Estudo da CEPAL (2000) também indicou que as rendas de atividades não-agrícolas assumem um caráter extremamente importante para as populações rurais mais pobres, muitas vezes significando a única renda monetária para estas famílias. No que concerne à transformação do setor agropecuário e à sua modernização produtiva, as atividades não-agrícolas tendem a representar uma oportunidade de emprego complementar, pois à medida que houver maior apropriação de tecnologias pela agricultura tende a aumentar o número de ocupações nos serviços e demais atividades à montante e à jusante.

Por estas razões, é cada vez mais aceito entre os estudiosos do mundo rural que está em marcha um processo de diferenciação entre a agricultura e o espaço rural, especialmente a partir da década de 1990, pois vem-se assistindo a um crescimento significativo de pessoas em idade ativa que residem nas áreas rurais mas estão ocupadas em atividades não-agrícolas. Este fenômeno reforça um clássico argumento dos cientistas sociais que afirmam que além da função de produção de alimentos e matérias-primas o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de relação com a natureza, etc; enfim, um espaço multifuncional.

No Brasil, os primeiros trabalhos sobre as alterações no mercado de trabalho rural surgiram em meados da década de 1990, com destaque para análise da emergência das atividades não-agrícolas. Os trabalhos do Projeto Rurbano, baseados em informações sobre os domicílios extraídos das PNADs, sintetizados na Tabela 1, demonstraram que no período de 1981 a 1999 a população rural brasileira de mais de 10 anos de idade começou a mostrar uma lenta reversão, sendo que no período 1992-1999 registrou-se inclusive um pequeno aumento de 0,9% a.a.. Estudos mais recentes mostram que a explicação para o fenômeno da estabilização da PEA rural ocupada nas décadas recentes está no comportamento das pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas, que aumentaram de 3,06 milhão de pessoas em 1981 para 3,49 em 1992, chegando a 4,62 milhões de pessoas em 1999, o que representa um aumento de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho no período de duas décadas.

Tabela 1. Brasil. População total, urbana e rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não-ocupada, segundo o local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1999 (1000 pessoas).

População	1981	1992	1999 <sup>5</sup>	Tx. Crescimento (% a.a.)		
				1981/92 <sup>a</sup>	1992/99 <sup>b</sup>	
Total + de 10 anos	88.902,9	113.294,9	130.096,7	2,2***	2,0***	
Urbana + de 10 anos	64.669,1	89.510,7	104.693,5	3,0***	2,3***	
Rural + de 10 anos	24.233,8	23.784,5	25.402,2	-0,2*	0,9***	
PEA rural Ocupada	13.795,7	14.689,2	14.850,5	0,6***	-0,2	
PEA Rural ocupada	Agrícola	10.735,9	11.192,5	10.230,5	0,4***	-1,7***
	Não-agrícola	3.060,8	3.496,7	4.620,0	1,2***	3,7***
PEA Rural não-ocupada	Desempregados	139,4	312,0	594,6	7,6***	10,8***
	Aposentados	1.240,0	1.517,1	2.235,8	1,9***	5,7***
	Outros	9.057,8	7.266,1	7.721,3	-2,0***	1,4***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

a) teste t indica se a diferença é significativa; b) estimativa do coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (\*\*\*) , (\*\*) e (\*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Quando os dados sobre a ocupação são por famílias é que se torna possível verificar em que medida esta expressiva quantidade de pessoas que estão ocupadas em atividades não-agrícolas traduz-se em pluriatividade das famílias. É o que permite visualizar a Tabela 2, que mostra que do total de 5,886 milhões de famílias brasileiras que em 2003 tinham seus domicílios localizados exclusivamente nas áreas rurais não metropolitanas 22% (1,281 milhão) eram pluriativas, 53% (3,112 milhões) estavam ocupadas em atividades agrícolas e 15% (854 mil famílias) ocupavam-se em atividades exclusivamente não-agrícolas<sup>6</sup>.

Ou seja, o meio rural brasileiro já não é mais formado apenas por famílias que trabalham em atividades agrícolas, pois uma parcela expressiva (22%) combina as atividades agrícolas com outras não-agrícolas, configurando-se a pluriatividade, e outra menor (15%) habita no meio rural mas trabalha exclusivamente em atividades não-agrícolas.

<sup>5</sup> Dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE [www.ibge.gov.br] mostram que a população brasileira em 2000 era formada por 169.799.170 milhões de pessoas, registrando uma taxa de crescimento anual na década de 1990 de 1,62% a.a. (na década de 1980 o crescimento vegetativo da população foi de 1,77% a.a.).

<sup>6</sup> Os dados da PNAD se baseiam nos domicílios, já que é uma pesquisa amostral que se apoia no Censo Demográfico. Mas, se tomados os dados do Censo Agropecuário, que opera com base em informações sobre os estabelecimentos, no último levantamento, feito em 1995/96, haviam no Brasil 4,859 milhões estabelecimentos agropecuários, dos quais 85,2% (4,139 milhões) classificados como familiares. Considerando-se que muitas famílias possuem mais de um estabelecimento agropecuário, embora residam em apenas um domicílio, é razoável aceitar que mesmo que o número de estabelecimentos seja inferior ao de domicílios (5,886 milhões no ano de 2003) localizados nas áreas rurais não-metropolitanas, ambos se equívalem.

Tabela 2. Brasil. Distribuição das famílias com domicílio nas áreas rurais não-metropolitanas<sup>7</sup> segundo o tipo de atividade em que está ocupada, 2003

<b>Tipos de Famílias</b>	<b>Total (em 1.000 famílias)</b>	<b>%</b>
Agrícola	3.112	53
Pluriativa	1.281	22
Não-agrícola	854	15
Não-Ocupada	639	11
<b>Total de Famílias</b>	<b>5.886</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano, junho de 2003

Quando se analisa a posição na ocupação<sup>8</sup> destas 5,886 milhões de famílias que tinham domicílio no meio rural em 2003, verifica-se que 5% (26 mil) eram formadas por empregadores, 34% (2,030 milhões) por assalariados, 11% (639 mil) eram de não ocupados e 50% (2,955 milhões) eram famílias ocupadas por conta-própria<sup>9</sup>.

Considerando-se que as 2,955 milhões famílias ocupadas por conta-própria constituem a parcela que forma a agricultura familiar, a Tabela 3, a seguir, mostra que no Brasil já existem 912 mil famílias de agricultores familiares que são pluriativas, o que representa 31% do total dos ocupados por conta-própria. A Tabela também mostra que 59% das demais famílias dos 2,955 milhões de conta própria estavam ocupadas nas atividades agrícolas (1,734 milhão) e 10% em atividades exclusivamente não-agrícolas (309 mil).

Outra verificação importante a ser extraída da Tabela 3 refere-se à determinação do público-alvo usualmente considerado para fins de políticas para a agricultura familiar, notadamente o PRONAF. Segundo a definição do PRONAF, os recursos destinam-se a agricultores familiares que detenham parcela de sua renda bruta familiar anual proveniente da atividade agropecuária (variando conforme o grupo em que o beneficiário se classifica: 30% no grupo B, 70% no grupo D e 80% no grupo E) e não-agropecuária exercido no estabelecimento; não deter áreas superior a quatro módulos fiscais (ou seis no caso de pecuária), utilizar mão-de-obra familiar, mas podendo contratar até dois empregados permanentes, residir na propriedade ou em povoado próximo, explorar a terra na condição de proprietário, arrendatário, posseiro, assentado, meeiro ou parceiro e possuir renda bruta familiar inferior a R\$ 60.000,00 por ano. Neste caso, estariam contempladas as famílias classificadas como ocupadas por conta própria e aquelas empregadoras com até dois empregados permanentes.

<sup>7</sup> São áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas. Para maiores informações ver IBGE. Recenseamento Geral do Brasil - Manual de Atualização Cartográfica. Rio de Janeiro, Diretoria de Geociências. 20p., 1988.

<sup>8</sup> A família é considerada empregadora quando pelo menos um de seus membros declarou estar nessa posição na semana de referência. É considerada família de empregados se pelo menos um membro se declarou empregado e nenhum como empregador. As famílias de conta-próprias são aquelas em que nenhum membro se declarou empregador e tampouco empregado, enquanto as famílias não-ocupadas são aquelas em que nenhum dos seus membros se declarou ocupado na semana de referência

<sup>9</sup> Família Não Ocupadas são famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da pesquisa da PNAD. Família Conta-própria é aquela que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda dos membros da família na forma de trabalho não remunerado.



Tabela 3. Brasil. Distribuição das famílias rurais de conta-própria e empregadores com até 2 empregados segundo o tipo de ocupação nas rurais não-metropolitanas, 2003.

Tipos de Famílias		Total (em 1.000 famílias)	%
Conta-Própria			
	Agrícola	1.734	59%
	Não-Agrícola	309	10%
	Pluriativa	912	31%
Empregadora com até 2 empregados			
	Agrícola	116	54%
	Não-agrícola	13	6%
	Pluriativa	86	40%

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano, junho de 2003

Os dados apresentados na Tabela 3, baseados na PNAD de 2003, indicam que o universo a ser contemplado pelo PRONAF seria de 3,170 milhões de famílias, sendo 2,955 milhões de conta própria e 215 de empregadores com até dois empregados. Deste total, 1,850 milhão de famílias seriam classificadas como ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas, o que representam 58,3% do total e 322 mil famílias ocupadas em atividades exclusivamente não-agrícolas, representando 10,2%. Mas o que chama a atenção são as 998 mil famílias pluriativas, que representam uma terça parte (31,5%) do total do público alvo do PRONAF.

### O Papel da Pluriatividade Numa Estratégia de Desenvolvimento Rural

A pluriatividade poderá ter um papel importante na promoção do desenvolvimento rural sustentável na medida em que apresentar-se como alternativa a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais tais como a geração de emprego, a melhoria das renda, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens, da gestão interna das unidades familiares, entre outros. Deste modo, o papel estratégico da pluriatividade no processo de desenvolvimento rural está em contribuir para geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades.

Não obstante, seria ingenuidade ou desconhecimento acreditar que bastaria desenhar ações que viessem a estimular a pluriatividade para que as bases de um novo modelo de desenvolvimento rural pudessem se assentar. É preciso ter clareza que a pluriatividade certamente será parte integrante e uma estratégia fundamental na busca de um padrão de desenvolvimento que seja diferente do atual, mas também é preciso considerar que a pluriatividade não é uma panacéia que pode, isoladamente, representar soluções sem a devida e necessária conexão com outras iniciativas estruturantes de longo alcance.

Por isso, é importante salientar que as atividades agrícolas e as diferentes formas de interação e encadeamento do setor agropecuário aos demais ramos da economia continuarão a ter uma importância decisiva no meio rural. A perspectiva é de que a pluriatividade se torne uma alternativa para os agricultores e suas famílias de obter novas formas de emprego, de aumentar, diversificar e angariar maior estabilidade aos seus rendimentos e, ao mesmo tempo, um nova atribuição do espaço rural, que além de suas funções usuais de ser o território da produção agrícola, agora passaria um espaço multifuncional.

No entendimento aqui esposado, o desenvolvimento rural preconizado comunga das idéias de Frank Ellis, que preconiza um conjunto de iniciativas pragmáticas que visam gerar impactos significativos na melhoria das condições de vida das populações e ampliar suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica. Na maioria das vezes, as oportunidades para alcançar estas ações encontram-se nas próprias localidades e territórios onde as pessoas vivem. A diversificação não implica apenas em ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas, outras) mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias (2000, p. 25). Ellis considera que a pluriatividade fortalece as estratégias de sobrevivência familiares e contribui no processo de diversificação dos modos de vida rurais. Neste sentido, a pluriatividade pode ser considerada como uma forma de fortalecimento dos modos de vida das populações rurais (*livelihoods*) e um mecanismo capaz de ajudar na redução das incertezas e vulnerabilidades as quais estão constantemente submetidas.

Esta definição conduz à uma interpretação mais flexível e alargada do desenvolvimento rural que implica na superação da idéia de que há um caminho único e imperativo. Nestes termos, o desafio consiste em inserir a discussão sobre a pluriatividade como uma das estratégias a ser implementadas em um processo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, democrático, multi-setorial, envolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas, e multifuncional, contemplando as funções produtivas, ambientais e sociais<sup>10</sup>. Este novo modelo busca valorizar as economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, a participação dos atores sociais, entre outros. Em síntese, conforme mencionaram Van der Ploeg, et all., o desenvolvimento rural implica em “uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (2000, p. 395).

Mesmo reconhecendo as características multidimensionais a serem consideradas para que se possa identificar uma determinada situação ou processo segundo os princípios alinhados ao desenvolvimento rural, a preocupação com o emprego e as formas de ocupação parece ser uma variável fundamental a ser considerada. Neste sentido, assume interesse crescente pelos estudiosos do desenvolvimento rural o papel da pluriatividade, que constitui-se na combinação da ocupação agrícola com outras não-agrícolas por pessoas que residem no meio rural e pertencem a uma mesma família. Portanto, trata-se de famílias que acabam se tornando pluri ocupadas em razão da diversidade de atividades praticadas pelos membros que as compõem.

Objetivamente, o papel e as atribuições a serem desempenhadas pela pluriatividade nesta concepção de desenvolvimento rural estão relacionadas a um amplo espectro de problemas e desafios que não são de fácil resolução. O desafio em promover o desenvolvimento rural levando-se em consideração o papel da pluriatividade dar-se-ia na medida em que ela poderia apresentar alternativas a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, tais como a questão do emprego, da renda, a sazonalidade, o

---

<sup>10</sup> O desenvolvimento rural, nestes termos, pode ser definido como processo que resulta das ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. O desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial (Schneider, 2004).

êxodo dos mais jovens, a gestão interna da unidade familiar, entre outros. Segundo alguns estudiosos (Schneider, 2003; Graziano da Silva, 1999; Echeverría, 2001; Berdegué, et.alii. 2001; Kinsella, et alii, 2000), a pluriatividade pode apresentar alternativas à um conjunto de problemas que afetam as populações rurais, tais como:

1. *Elevar a renda familiar no meio rural*: a pluriatividade pode ser considerada uma estratégia de diversificação e combinação de várias fontes de renda, sendo facilmente observável que as famílias com rendimentos não-agrícolas possuem, no geral, uma renda total mais elevada do que aquelas que dependem exclusivamente da renda agrícola;
2. *Estabilizar a renda e reduzir a sazonalidade dos ingressos*: devido a sazonalidade das colheitas e mesmo dos imprevistos e imponderáveis climáticos e de mercado, o acesso às rendas advindas de atividades não-agrícolas garante maior estabilidade e periodicidade nos ganhos dos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade das famílias no meio rural;
3. *Diversificar as fontes de ingresso*: a pluriatividade amplia as oportunidades de ganhos e o portfólio de possibilidades e alternativas que podem ser acionadas pelas famílias de agricultores. Neste sentido, famílias pluriativas tendem a ter melhores condições de enfrentar crises ou imprevistos do que aqueles que dependem exclusivamente de uma única atividade e uma única fonte de renda;
4. *Contribuir na geração de emprego no espaço rural*: em territórios onde se verifica a maior presença da pluriatividade tende a haver facilidade na alocação da força de trabalho das famílias rurais segundo o interesse dos próprios membros e as possibilidades ofertadas pelo mercado de trabalho. Cria-se, portanto, em nível local uma interação no mercado de trabalho agrícola e não-agrícola que acaba afetando positivamente a dinâmica da economia;
5. *Gerar externalidades, diversificar a economia local e desenvolver os territórios rurais*: em locais onde as famílias de agricultores se tornam pluriativas a divisão social do trabalho tendo a se incrementar. Devido à esta complexificação aumenta a diversificação gerada em nível local e territorial e cria-se um círculo virtuoso de ativação econômica que incrementa a produção e circulação de mercadorias e, por conseqüência, a ampliação das oportunidades de emprego. Neste sentido, a pluriatividade gera externalidades que estimulam a diversificação o tecido social das economias locais;
6. *Reduzir as migrações campo-cidade*: potencialmente, a pluriatividade representa uma forma de gerar oportunidades de emprego e ocupação para os membros das famílias de agricultores, especialmente as esposas de agricultores e filhos(as) jovens, que muitas vezes encontram-se sub-empregados nas unidades produtivas (ou devido ao seu pequeno tamanho, escala de produção, etc ou mesmo à incorporação crescente do progresso técnico, o que acaba dispensando a força de trabalho);
7. *Estimular mudanças nas relações de poder e gênero*: a pluriatividade pode gerar modificações nas relações de gênero e na hierarquia familiar a partir do momento em que alguns membros da família passaram a ter rendimentos e ocupações fora da propriedade. Além disso, estudos indicam que pluriatividade cria uma diferenciação nas trajetórias sócio-profissionais dos indivíduos pertencentes a uma mesma família tornando-se, assim, um fator de aproximação entre as características das famílias rurais vis-a-vis as urbanas;

8. *Apoiar a multifuncionalidade do meio rural*: o crescimento da pluriatividade das famílias que habitam no meio rural tende a incrementar outras funções não produtivas do espaço. Primeiro, a terra e a propriedade deixam de ser meramente um ativo econômico e ter a função de fator de produção, passando a ter um sentido patrimonial à medida que cresce sua função como local de moradia da família. Segundo e como consequência do anterior, o próprio espaço rural modifica-se e ganha novos sentidos (ressemantização), pois deixa de ser meramente o espaço da produção agrícola e valoriza-se pelas suas funções paisagísticas, gastronômicas, étnicas, culturais, ambientais, etc; enfim pelas amenidades rurais não tangíveis. Por conta desses ‘novos atributos’ surgem no espaço rural demandas que se prestam à exploração mercantil do consumo vinculado aos bens não-tangíveis como as diversas formas de turismo rural, artesanato, visitas à paisagens, usos ambientais, etc.

### **A Importância da Pluriatividade para as Políticas Públicas no Brasil**

Em razão das potencialidades elencadas, parece notório que a pluriatividade poderá desempenhar um papel de significado relevante para uma política que estimule o desenvolvimento rural sustentável no país. Neste sentido, parece claro que o Estado e as políticas públicas tem um papel decisivo no fortalecimento e estímulo às ações que visem ampliar as diversas formas de pluriatividade no meio rural brasileiro.

Antes de se indicar quais seriam as potenciais formas ou mecanismos que poderiam estimular e promover a pluriatividade no meio rural, é necessário que se apresente alguns argumentos que podem ser percebidos como justificativas para que políticas públicas e ações de governo viessem a ser elaboradas e implementadas com este propósito.

Entre as várias justificativas em favor da pluriatividade começa-se por indicar, em primeiro lugar, a necessidade de se desenvolver iniciativas que visem combater e erradicar a pobreza rural no Brasil. A pobreza persiste no meio rural, especialmente nas áreas menos desenvolvidas tecnologicamente e existem remotas perspectivas de que sua erradicação ocorra através dos tradicionais mecanismos de estímulo à tecnificação agrícola. Por outro lado, não é razoável pensar que a pobreza rural possa ser extirpada com políticas de caráter compensatório ou assistencial, tais como os muitos programas que já foram implementados no país e continuam a sê-lo. Portanto, existe uma justificativa consistente para o estímulo às atividades não-agrícolas e à pluriatividade estribada na necessidade de se gerar oportunidades de trabalho e renda para as populações rurais, especialmente aquelas mais pobres.

A segunda razão está no fato de que a pluriatividade representa uma alternativa de diversificação produtiva, ocupacional e de geração de ingressos para os agricultores e suas famílias, especialmente para aqueles que se encontram em regiões que conheceram um intenso processo de modernização e especialização agrícola. Nestas regiões é usual que a agricultura seja fortemente dependente das monoculturas e, portanto, vulneráveis a todo tipo de riscos e choques, quer sejam eles de natureza edafo-climática (estiagem, pragas, etc) ou de mercados (acesso restrito, preços baixos, aumento dos preços de insumos dependentes do petróleo, etc). Por mais que as políticas públicas tenham se empenhado em oferecer formas de acesso à crédito para custeio de lavouras e criações ou mesmo criado programas de seguro e garantias, o fato é que milhares de pequenos agricultores encontram-se em situações de elevada vulnerabilidade social, econômica e ambiental. Portanto, a redução da vulnerabilidade deve ser entendida como uma estratégia de inclusão social e porta de entrada para melhoria da qualidade de vida nomeio rural. O estímulo à diversificação das atividades e às ocupações não

agrícolas poderia gerar a ampliação das fontes de ingresso monetário e, com isso, reduzir-se a dependência e a vulnerabilidade dos agricultores, especialmente os menores e mais frágeis.

A terceira razão para que as políticas públicas estimulem a pluriatividade refere-se à sua capacidade de gerar mecanismos que ajudam a manter no meio rural populações que são fortes candidatos à migração como os jovens, sobretudo mulheres, que não encontram empregos e ocupação nas atividades agrícolas. Dada a crescente modernização tecnológica da agricultura, estudos estimam que caso houvesse uma disseminação dos sistemas de produção mais modernos de cada produto, tomando-se como referência o Estado de São Paulo, haveria uma redução de 45% na demanda por força de trabalho agrícola no Brasil de 23% para São Paulo (Graziano da Silva 1999, p. 89). Além disto, segundo Kageyama (1997, p. 7) os índices de pessoas sub-ocupadas em atividades agrícolas chega a 35,3% no Brasil e 34% na região Sul do país. Em face disso, o estímulo a pluriatividade pode ser tanto uma opção à sub-ocupação crescente da força de trabalho no meio rural como um alternativa individual para as pessoas que não querem permanecer trabalhando na agricultura mas que nem por isso precisam deixar o espaço rural.

A quarta razão que justificaria o estímulo à pluriatividade no Brasil tem a ver com sua potencial contribuição para as políticas fundiárias e de assentamentos de áreas em áreas de reforma agrária. A pluriatividade pode ser pensada como uma estratégia para geração de empregos e rendas não-agrícolas nos assentamentos rurais, especialmente aqueles que já possuem um excedente populacional que não é absorvido nos processos de produção agrícola *stricto sensu* devido ao *trade-off* que há entre o uso da força de trabalho e a produtividade dos fatores que, como se sabe passa a depender crescentemente da qualificação da mão-de-obra e da inversão de tecnologias. Portanto, o estímulo da pluriatividade nos assentamentos rurais pode representar tanto soluções de emprego e renda complementar aos trabalho agrícola como propriamente uma opção ocupacional diferenciada para aqueles que não desejam permanecer na atividade agrícola por uma razão ou outra<sup>11</sup>.

A quinta razão tem a ver com o estímulo a políticas que consigam avançar na difícil seara dos direitos afirmativos das mulheres e dos jovens. Como a pluriatividade expressa a combinação das atividades agrícolas com outras não-agrícolas, as segundas em geral são percebidas como acessórias e complementares. Este caráter secundário que lhe é atribuído em geral não corresponde à sua importância em termos de geração de renda e contribuição para o equilíbrio e estabilização do orçamento doméstico em períodos de intersafras. Ou seja, sabe-se de a muito tempo que o trabalho feminino tem sido relegado e considerado de menor importância, mesmo nas unidades de agricultores familiares, quando não desprezado e caracterizado como mera “ajuda”. Ora, reconhecer a importância deste labor não se trata apenas de uma questão de valorização econômica e produtiva mas também de afirmação de direitos e da própria identidade social. Até porque, uma das conseqüências do não

---

<sup>11</sup> Em um texto emblemático sobre este tema, publicado em 1996, José Graziano da Silva propunha o que chamou de “uma reforma agrária não essencialmente agrícola”, que é o sentido de se estimular a pluriatividade e a diversificação econômica dos assentamentos rurais. Em seu texto, o autor justificava que “Hoje é preciso uma reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional até que se complete a transição demográfica recém iniciada. É a reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente custo por família assentada ....” (Graziano da Silva, 1999). Como exemplos bem sucedidos deste modelo de reordenamento fundiário, Graziano citava caso dos Kibutz judeus, que ao invés de viver apenas do que plantavam, diversificavam suas atividades oferecendo prestação de serviços (hotéis, restaurantes, escolas, creches, etc) e até uma pequena indústria no interior do assentamento.

reconhecimento do trabalho feminino expressa-se, não raramente, na ocultação de direitos e na participação das mulheres. Portanto, as políticas e ações de apoio à pluriatividade das famílias poderiam contribuir para afirmação dos direitos de gênero e conferir maior visibilidade e reconhecimento a atividades que são fundamentais na reprodução social das famílias.

A sexta justificativa está relacionada ao fato de que a pluriatividade também se constitui como uma alternativa de emprego e ocupação para as populações tradicionais que vivem em áreas de preservação como a Amazônia, os Cerrados e o Pantanal, onde o estímulo as atividades não-agrícolas poderia contribuir para reduzir a pressão antrópica sobre o meio ambiente e estimular a geração de empregos baseadas nas riquezas locais e nas amenidades rurais. Exemplos disso são os diferentes formas de coleta de produtos da biodiversidade florestal, o turismo ecológico, rural, de aventura, etc. Portanto, neste aspecto a pluriatividade desempenharia o papel de uma alternativa econômica, gerando novas oportunidades de trabalho e renda, que pudessem contribuir para arrefecer o impacto sobre o meio ambiente.

Em sétimo, é possível dizer que a pluriatividade poderia ser o elo de ligação entre as políticas agrícolas (crédito, assistência técnica, sanitárias e de abastecimento) e as políticas de desenvolvimento rural, tais como o beneficiamento e transformação da produção (agregação de valor via agroindustrialização), geração de empregos não-agrícolas (prestação de serviços, etc.), habitação rural, turismo rural, artesanato, preservação ambiental, etc. Estimular esta complementariedade, poderia contribuir para se desconstruir o maniqueísmo político e ideológico que vem sendo produzido com o intuito de criar falsas oposições como o antagonismo entre o agrícola e o rural, entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre a produção para o mercado e para o autoaprovisionamento dos agricultores, entre outros. Até porque, o mais importante não é saber qual a atividade gera mais renda ou qual produto é mais aceito pelos compradores, pois o essencial está em dominar conhecimentos que permitam aos agricultores e aos habitantes do rural lograr a sua reprodução e manter-se como atores integrantes deste espaço por meio de mecanismos que sejam sustentáveis em todos os sentidos, independente de ser agrícolas ou não-agrícolas.

A oitava razão para as políticas públicas estimular a pluriatividade está no seu potencial para dinamizar as economias locais e fazer com que seja o ponto de partida para estimular processos de diversificação econômica, gerando aquilo que os economistas chamam de economias de escopo. Neste sentido, a pluriatividade poderia se constituir como uma estratégia de desenvolvimento alternativa para muitas áreas rurais que ficaram alijadas do processo de modernização agrícola ou onde ele ocorreu de forma parcial e incompleta. Nestas regiões, o estímulo à diversificação das atividades produtivas pode se constituir como um caminho alternativo às soluções que preconizam resignadamente que não há esperança fora da integração agroindustrial produtivista. De fato, quando se percorre muitas destas regiões é que se percebe a capacidade de inovação e criatividade dos agricultores em desenvolver alternativas sócio-técnicas. Neste caso, a ação do poder público viria para se somar aos esforços e iniciativas já existentes que pode ser tanto no incremento da agregação de valor aos produtos como na redução dos custos de transação, dadas as distâncias e as dificuldades de acesso muito comuns nestes casos.

Pelas razões expostas, acredita-se que há justificativas consistentes e realistas para que o Estado passe a considerar a pluriatividade como uma dimensão a ser valorizada e estimulada pelas políticas de desenvolvimento rural. No Brasil, esta expectativa torna-se ainda mais relevante à medida que se pretende que a agricultura familiar possa vir a ser um dos atores-chave deste processo. Se assim o for, o apoio a pluriatividade pode ser encarado como meio de resgate das características intrínseca da agricultura familiar que historicamente foram a pluri

ocupação e os pluri rendimentos. A especialização e a monotavidade foi um acidente de percurso provocado pela modernização agrícola, pois na medida em que foi tornando os agricultores familiares especializados, tornou-os dependentes, vulneráveis e subordinados.

### **Sugestões de Políticas Públicas de Apoio à Pluriatividade no Brasil**

O grande desafio que está colocado para os estudiosos e agentes interessados em difundir a pluriatividade e torná-la uma possibilidade de contribuir para melhoria das condições de vidas das populações rurais está em descobrir o modo de compatibilizar as estratégias e iniciativas dos indivíduos e das famílias com instrumentos e mecanismos que sejam adequados e pertinentes à sua realidade local.

Estimular as atividades não-agrícolas e a geração de novas ocupações no meio rural requer, portanto, antes de tudo, descobrir as características e a dinâmica local e territorial da agricultura familiar.

Constitui-se em equívoco partir do pressuposto de que há um modelo ou uma receita que pode transformar agricultores familiares monoativos em pluriativos e que este processo seja homogêneo em todos os contextos e situações empíricas. Conforme destacado anteriormente, as experiências bem sucedidas de desenvolvimento da pluriatividade no Brasil, mormente aquelas localizadas nos Estados Meridionais da Federação, alcançaram esta condição sem a intervenção das políticas públicas. Mais do que isto, o que os estudos realizados mostram é que a contribuição decisiva para tornar as famílias pluriativas advém justamente da dinâmica não-agrícola, especialmente do mercado de trabalho.

A questão consiste em desenvolver propostas de políticas públicas que sejam capazes de estimular a pluriatividade naquelas situações em que ela não existe. Com isso, o que se pretende é chamar a atenção para o fato de que o aparecimento da pluriatividade, de modo geral, ocorre nas circunstâncias em que há uma articulação entre os interesses e as estratégias dos agricultores com as condições do ambiente social e econômico em que se situam. Portanto, ao se pretender estimular a pluriatividade parece prudente utilizar como referência a idéia de que, de um lado, o apoio as iniciativas podem privilegiar instrumentos direcionados para as famílias e os indivíduos e, de outro, que talvez seja mais importante investir na alteração do contexto ou ambiente em que estes agricultores se encontram, promovendo melhorias nas condições exógenas para que a pluriatividade possa emergir como uma característica.

Assim, pretende-se alertar para três aspectos fundamentais que serão decisivos para o sucesso de uma eventual política pública que tenha o estímulo à pluriatividade como alvo principal. Primeiro, há que se considerar que a pluriatividade é uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. As variáveis e os fatores causais que tornam uma família pluriativa são diversos começando pelo número de membros, idade média da família, condição sócio-econômica, etc. Segundo, é preciso entender que a pluriatividade e a busca de atividades não-agrícolas como complementos de renda e inserção ocupacional funciona como um recurso ou estratégia da família que opta por acionar ou não este mecanismo para garantir a sua reprodução social. Portanto, nem todas as famílias podem querer se tornar pluriativas. Terceiro, a pluriatividade deve ser entendida como uma característica de determinados territórios rurais. A maior ou menor predisposição para este tipo de iniciativas depende da evolução histórica, do contexto socioeconômico local, dos sistemas produtivos hegemônicos, das condições de acesso aos mercados, da infraestrutura disponível, etc; portanto, trata-se de um atributo dos territórios.

Também há que se mencionar que a pluriatividade não carrega um sentido positivo implícito. Ou seja, entendida como uma faceta das transformações mais gerais que afetam o mundo trabalho, a pluriatividade também pode implicar na precarização das formas de trabalho e ocupação, especialmente através da subcontratação e da prestação de serviços para terceiros. Além disso, vale observar que muitas das novas atividades não-agrícolas que estão surgindo nos espaços rurais e explorando as assim chamadas amenidades também podem ter implicações e impactos ambientais, sobretudo naquelas situações em que há riscos para a biodiversidade e as paisagens. Uma última observação refere-se à necessidade de criar mecanismos para estimular atividades não-agrícolas na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar pluriativa. Não há uma relação mecânica entre o estímulo às atividades não-agrícolas e a pluriatividade da agricultura familiar. Os estudos e pesquisas sobre como as políticas para a agricultura familiar, tal como o Pronaf, por exemplo, poderiam estimular atividades não-agrícolas e a pluriatividade ainda são pouco débeis e precisam avançar. Não se sabe, por exemplo, se o estímulo às agroindústrias familiares incrementa a pluriatividade nas famílias ou simplesmente gera empregos não agrícolas nomeio rural.

Por fim, a discussão acerca das formas de estimular o desenvolvimento da pluriatividade no contexto brasileiro leva a apresentar algumas sugestões práticas, que não tem a pretensão de funcionar como receitas, mas apenas indicações do que poderia ser feito para avançar nesta perspectiva.

Primeiro, o estímulo à pluriatividade através das políticas públicas demanda um amplo processo de capacitação e esclarecimento dos formuladores e gestores de políticas, técnicos de campo, extensionistas e demais recursos humanos envolvidos nas diferentes etapas das ações de governo. Antes de mais nada, é preciso remover o viés agrícola e monoativo para o qual foram formados e treinados os mediadores que aprenderam desde a universidade, em geral nos cursos de agronomia, que o sucesso de um agricultor se mede pela sua capacidade de gerir sua propriedade com tecnologias adequadas aos cultivos e criações de que dispõem. Este viés agrícola se expressa sobretudo entre os mediadores que operam programas de crédito (Pronaf, Proger, etc) que se destinam à produção. Convencer a maioria do técnicos, agentes e operadores que a palavra de ordem não é mais a especialização agrícola (muitas vezes erroneamente confundida com profissionalização) e sim a diversificação, demandará um processo de aprendizagem de grande envergadura e consiste no principal desafio;

Segundo, uma contribuição decisiva à ampliação da pluriatividade no meio rural pode ser aportada através de programas de qualificação e requalificação profissional da população rural, especialmente os jovens que se encontram sub-ocupados no interior da propriedade ou que pretendem sair por interesse próprio. A capacitação formal da população rural atualmente é precária e restrita aos programas de treinamento do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), ações isoladas de algumas ONGs e esporadicamente programas do movimento social sindical (a exemplo do projeto Terra Solidária). Embora importantes, estes programas são largamente insuficientes e não tem capacidade de atingir a maioria dos agricultores. Além disso, são iniciativas fortemente orientadas por um viés agrícola, razão pela qual os conteúdos mais difundidos referem-se à inovações tecnológicas, manejo de insumos e técnicas de gestão das propriedades. Valeria a pena uma ampla e consistente avaliação dos recursos que atualmente são gastos nos programas de capacitação de mão-de-obra rural no âmbito do governo federal e encaminhar seu redirecionamento. Vale lembrar que o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – poderia contemplar as iniciativas neste sentido, tal como ocorre nas áreas urbanas;



Terceiro, incrementar políticas de habitação no meio rural. Embora estejam em andamento políticas no Ministério das Cidades (Programa Social de Habitação - PSH), Ministério do Desenvolvimento Social (construção de 1 milhão de cisternas) e em outras esferas governamentais estaduais, como o Programa de Vilas Rurais no Paraná e o RS-Rural no Rio Grande do Sul, a maioria destas iniciativas de financiamento e construção de moradias rurais está desvinculada das políticas de geração de emprego e renda. Não raro, como no caso do Paraná, as pessoas conseguem uma casa para moradia mas acabam abandonando o projeto devido a ausência de emprego e ocupação nas imediações da residência que possa viabilizar trabalho e renda. Portanto, há que se estimular a articulação das políticas rurais, como o financiamento à habitação, com ações de geração de emprego em atividades não-agrícolas e estímulo à pluriatividade das famílias que possam se perenizar.

Quarto, o debate sobre os mecanismos de estímulo à pluriatividade leva à discussão sobre os critérios de classificação do público-alvo da principal política pública para a agricultura familiar no Brasil, que é o PRONAF. Os entraves do PRONAF ao estímulo da pluriatividade tem a ver com os critérios de acesso aos recursos, que ainda prevêm que parcela significativa da renda das unidades seja oriunda exclusivamente de atividades agrícolas, especialmente nos grupos D e E. Além disso, a formatação atual do programa ainda não oferece condições apropriadas ao estímulo da pluriatividade, fundamentalmente, porque os apoios praticamente se restringem à concessão de créditos (exemplo do PRONAF Agroindústria e Turismo Rural). Malgrado os avanços nos anos recentes, ainda não foram desenvolvidas ações mais abrangentes de capacitação e esclarecimento dos extensionistas rurais. Outro exemplo, refere-se a linha de crédito para investimento, em que a ampla parcela dos recursos e contratos é destinada às atividades agrícolas, notadamente máquinas e equipamentos que induzem o agricultor a '*fazer mais do mesmo*'. Desse modo, não obstante sua indiscutível contribuição para a agricultura familiar, o PRONAF ainda não combina instrumentos de estímulo às atividades agrícolas com outros que fortaleçam e permitam a expansão das atividades não-agrícolas e a pluriatividade das famílias de agricultores<sup>12</sup>.

Quinto, será necessário promover um processo de concertação dos diferentes níveis de governo, no caso entre ministérios e mesmo poderes, que começa no local (prefeituras), passando pelo regional (governos estaduais) até chegar ao nacional (federal). O principal problema são os entraves burocráticos decorrentes da sobreposição de exigências, normas e instâncias legais. Este é o caso, por exemplo, da legislação ambiental, sanitária, tributária, de uso do solo, entre outras, que acabam burocratizando e tornando desestimulantes iniciativas privadas que promovam a geração de novas atividades no meio rural quando não há flagrante oposição entre as normatizações locais em relação às demais esferas. A geração de atividades não-agrícolas ligadas às pequenas agroindústrias ou às atividades de turismo rural sofrem claramente com este tipo de restrição. Esta complementariedade ou articulação de políticas também está ausente ou ainda é pouco evidente em programas federais como as políticas que visam estimular as formas de economia solidária e as políticas de organização da produção na agricultura familiar, ainda muito incipientes e fragmentadas.

Sexto, criar mecanismos que permitam introduzir a noção de escala nas políticas públicas para que se possa valorizar iniciativas distintas segundo as características locais,

---

<sup>12</sup> Vale chamar a atenção para a necessidade de refletir sobre o destino do PRONAF e suas possíveis alterações. Primeiro, a crítica a seu viés de suporte à política de crédito agrícola não lhe retira os méritos. Segundo, talvez se deva refletir sobre a necessidade de elaboração de outro tipo de política pública que possa estimular a pluriatividade de forma mais abrangente.

regionais ou nacionais. Ou seja, o estímulo e a criação de mecanismos de desenvolvimento da pluriatividade não se fará do mesmo modo em regiões pobres e naquelas que já são mais ricas. Neste sentido, constitui-se num desafio diferenciar os instrumentos de ação governamental segundo as características dos territórios e, sobretudo, dos tipos de agricultores familiares. O conjunto de iniciativas deverão ser diferenciadas levando-se em conta as especificidades e as vantagens intrínsecas de cada território. Assim, pode-se afirmar que serão desafios completamente distintos estimular a pluriatividade no sertão do Nordeste brasileiro vis-a-vis às regiões onde predomina uma agricultura familiar integrada ao sistema agroalimentar do Sul do Brasil (oeste catarinense, Sudoeste do Paraná, etc) ou ainda daqueles áreas em que já há uma articulação entre a agricultura e os mercados de trabalho não-agrícolas (Serra gaúcha, Vale do Itajaí, etc) ou nas áreas próximas ao litoral brasileiro. Neste sentido, abre-se uma agenda de discussões e reflexões sobre como integrar ou estimular as políticas de desenvolvimento dos territórios (tais como as da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA – e de ordenamento territorial do Ministério da Integração Nacional) e a valorização da pluriatividade como mecanismos de geração de emprego e renda.

Sétimo, destaca-se um conjunto de iniciativas por parte dos governos federal e estadual que deveriam se concentrar no fornecimento de infraestrutura como estradas, meios de comunicação, etc, que ainda são ausentes ou precários em muitos contextos que revelam potencial para o desenvolvimento das atividades não-agrícolas. Neste sentido, os investimentos públicos em infraestrutura poderiam levar em consideração as possibilidade de geração de emprego e o fornecimento de melhorias para que as iniciativas empreendedoras locais possam florescer. Conforme já mencionado, os processos de diversificação econômica são muito permeáveis as condições locais, notadamente os custos de transação das operações, que podem retardar em muito a competitividade regional.

Oitavo, iniciativas no âmbito da política de assentamentos e de reforma agrária que poderiam criar mecanismos de financiamento à capacitação e à instalação de empreendimentos e atividades não-agrícolas nas áreas reformadas. Neste caso, a primeira ação a fazer é remover os entraves formais e legais que obstaculizam a prática das atividades não-agrícolas pelos assentados de áreas reformadas. A Norma de Execução nº 45 de agosto de 2005 do INCRA, que dispõe sobre a seleção dos candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, em seu artigo 6º parágrafo segundo prevê que não poderão ser beneficiários *‘o agricultor (a) cujo conjunto familiar auferir renda proveniente de atividade não-agrícola superior a três (3) salários mínimos’*. Muitos assentamentos, especialmente aqueles localizadas nas imediações urbanas poderiam desenvolver várias formas de pluriatividade e garantir acesso à rendas complementares para os beneficiários. De acordo com as particularidades de cada assentamento, os órgãos que conduzem a política de reforma agrária, notamente o INCRA e as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, poderiam estimular a criação de empreendimentos que gerassem ocupações não-agrícolas que vão desde a transformação e processamento da produção agrícola até a organização de outras iniciativas relacionadas à atividades industriais ou mesmo de prestação de serviços.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas-SP: Hucitec, 275p.,1992. (Coleção Estudos Rurais).
- BERDEGUÉ,J.L; REARDON, T. e ESCOBAR, G. La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales no agrícolas. In: ECHEVERRIA, R.G (Ed.) Desarrollo de las economías rurales. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.
- BLAKELY, E.J. & BRADSHAW, T.D. (1985) América Rural: un nuevo contexto. España, *Agricultur y Sociedad*, n<sup>OS</sup> 36/37.
- CARNEIRO, M. J. T. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. I Cólóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, novembro de 2005.
- CEPAL Empleo rural no agrícola y pobreza en America Latina: tendencias recientes. Documento de discusión. Santiago, Chile, 2000.
- ECHEVERRIA, R.G (Ed.) Desarrollo de las economías rurales. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.
- ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford: Oxford University Press, 273p., 2000.
- GAMA, A. (1987) Indústria e Produção de um Espaço Peri-Urbano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Portugal.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. In: O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999, p. 107-129.
- KAGEYAMA, A. (1997) O sub-emprego agrícola nos anos 90. Texto para Discussão. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, março.
- KAGEYAMA, A. (1998) Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set.
- KINSELLA, J. et alii. (2000) Pluriativity as a livelihood strategy in Irihi farm Households and its role in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, Netherlands v. 40, n. 4: 481-496.
- KLEIN, E. El Empleo rural no agrícola en America Latina. Santiago, PREALC/OIT, Documento de Trabajo N° 364, 22 p., 1992.
- LAURENTI, A. C. (2000) Terceirização na Produção Agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola. Londrina, IAPAR.
- LAVILLE, J.L. et PERRET, B. (1995) Le tournant de la pluriactivité. *Esprit Revue International*, n° 217, décembre, p. 5-55.
- MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. (1987) A difícil delimitação do urbano e do rural. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 22, Portugal.
- OIT. World Employment Report. 2004-2005. Employment, productivity and poverty reduction. ILO, Geneva, 2005.
- PLOEG J.D. van der et. alii. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.
- PLOEG J.D. van der and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.

- PLOEG, J. D. van der.(1992) El processo de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (ed.). *Ecología, Campesinato y Historia*. España: Las Ediciones de la Piqueta.
- REARDON, T. ; BERDEGUÉ, J.L e ESCOBAR, G. Rural nonfarm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications. In: *World Development*, Vol. 29, Nº 3, New York, Pergmon, 2001.
- SACCO DOS ANJOS, F. (2003) *Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 374p.
- SARRACENO, E. Alternative Readings of Spatial Differentiation: the rural versus local economy approach in Italy. *European Review of Agricultural Economics*, v. 4, n.1, p.451-474, 1994b;
- SARRACENO, E. Recent Trends in Rural Development and Their Conceptualization. *Journal of Rural Studies*, London v.10, n.4, p.321-330, 1994a;
- SCHNEIDER, S. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S. *Rurbanização e Pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso)*. XV Seminário de Política Econômica. Universidade Federal de Viçosa, 22 e 23 set. 2003.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (orgs.). *Entre el campo y la ciudad. Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro*. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2005.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. CASTILHO E SILVA, C.B. e KOPPE, L. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. I Cólóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, novembro de 2005.
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. *Revista de la Cepal*, Nº62, p.75-90 (ago),1997.